

503166650	ARISCO - INSTITUIÇÃO PARA A PROMOÇÃO SOCIAL E DA SAÚDE	16/11/1993	28/10/2009	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503169030	ANIMAR - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	17/09/1993	01/01/1994	94995	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
503170151	ABRAÇO, Associação de apoio a pessoas com VIH/SIDA			94995	Associação
503205966	Movimento Português de Intervenção Artística e Educação pela Arte			94995	Associação
503226408	ASSOCIAÇÃO DE MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA	11/08/1993	11/08/1993	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503335401	FUNDAÇÃO PORTUGUESA "A COMUNIDADE CONTRA A SIDA"	29/12/1993	29/12/1993	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503404756	CAIS - ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL	20/05/1994	22/06/2006	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

503483877	GRUPO DE ACÇÃO COMUNITARIA (G.A.C.)	22/05/1995	22/05/1995	88102	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
503777331	Associação ILGA Portugal			94995	ONG - Organização Não Governamenta
503841560	FUNDAÇÃO AGA KHAN PORTUGAL	30/03/1996	30/03/1996	88990	Fundações Privadas
503997463	FNERDM - Federação Nacional de Entidades de Reabilitação de Doentes Mentais			94995	
504024825	Casa das Cenas - Associação Juvenil			94995	Associação
504160150	ASSOCIAÇÃO HUMANIDADES	23/01/1998	21/03/2006	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
504287311	MSV Movimento ao Serviço da Vida			94995	Associação
504298372	Associação Tempo de Mudar para o Desenvolvimento do Bairro dos Loios			94995	ONG - Organização Não Governamenta
504469525	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Etnia Cigana - APODEC			94995	Associação
504479024	Projecto Alkantara - Associação de Luta Contra a Exclusão Social			94995	Associação
504491849	Rute - Associação de Solidariedade Social			88990	Associação
504669338	LINADEM Liga para o Estudo e Apoio à Inserção Social			88102	Associação
504772279	Associação dos Amigos da Fundação Internacional Yehudi Mehunin em Portuga		27/01/2000	94991	Associação

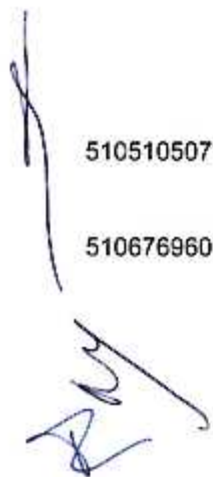
504883526	EPAR - DESENVOLVIMENTO, ENSINO, FORMAÇÃO E INSERÇÃO CRL	16/03/2000	16/03/2000	85593	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
504922548	PROSAUDESC - Associação de Promotores de Saúde, Ambiente e Desenvolvimento Sócio-Cultural			88990	Associação
505007690	AGIR XXI - Associação para a Inclusão Social			94995	ONG - Organização Não Governamenta l
505023652	Os Filhos de Lumière - Associação Cultural			59110	Associação
505057042	Clube Internacional Europeu			94991	
505203731	Freguesia de São Domingos de Benfica			84113	Autarquias Locais
505205424	REDE PORTUGUESA DE JOVENS PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE MULHERES E HOMENS	27/10/2000	18/01/2001	94995	ONG - Organização Não Governamenta l
505207117	Freguesia de Carnide			84113	Autarquias Locais
505255693	Jovens Seguros - Associação para o Desenvolvimento Ocupacional			88990	Associação
505393956	PASSO A PASSO COM A CRIANÇA E A FAMÍLIA - ASSOCIAÇÃO DE AJUDA PSICOSSOCIAL	05/04/2001	20/12/2002	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
505483599	CRESCER NA MAIOR - ASSOCIAÇÃO DE INTERVENÇÃO COMUNITARIA	24/07/2001	22/10/2001	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
505679361	Associação Azimute Radical			93192	Associação
505850117	Associação Auxílio e Amizade			88990	Associação

505954702	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	10/11/1977	10/11/1977	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Universitário
505985748	ACCL - Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa			94995	
505987236	Horas de Sonho Apoio à Criança e à Família, Crl.			88990	cooperativa
506007910	TESE - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PELA TECNOLOGIA, ENGENHARIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO	28/10/2002	30/12/2002	94120	ONG - Organização Não Governamental
506320871	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ÉTICA EMPRESARIAL	15/11/2002	15/11/2002	94120	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
506596150	APSA - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger			94995	Associação
506602222	FREGUESIA DE BENFICA		13/02/2015	84113	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Politécnico
506743594	Associação para o Desenvolvimento do Desporto Jovem - ADDJ		14/07/2004	93192	Associação
506810496	FREGUESIA DE CAMPOLIDE	07/02/1959	07/02/1959	84113	Autarquias Locais
506844536	PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES - ASSOCIAÇÃO	12/11/2004	15/11/2004	94995	ONG - Organização Não Governamental
506847160	Freguesia de Alvalade			84113	Autarquia Local
507001460	Freguesia dos Olivais			84113	Autarquias Locais
507057406	Raízes - Associação de Apoio à Criança e ao Jovem			87901	Associação

507143841	INSTITUTO PADRE ANTÓNIO VIEIRA	13/12/2004	12/04/2005	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
507228537	Mil Pés, Cooperativa Cultural e de Solidariedade Social, CRL			94991	
507307925	Procur.Arte Associação Cultural e Social			94991	Associação
507330609	Freguesia de Marvila			84113	Autarquia Local
507401778	Freguesia do Beato			84113	Autarquia Local
507416520	PCI - Paramédicos de catástrofe Internacional - ONGD			94995	
507493400	Ateliernob - Arquitectura, Design e Urbanismo, Lda			71110	Empresa
507807987	FUNDAÇÃO S. JOÃO DE DEUS	27/12/2006	01/01/2007	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
507980506	Biosite.com, Crl.			47112	Cooperativa
508003822	Repetição e Diferença - Psicologia Clínica, Lda	18/01/2007		86906	Sociedade por Quotas
508045940	Team Mais Unipessoal, Lda.			85591	Empresa
508110980	Associação Lusofonia Cultura e Cidadania			94995	ONG - Organização Não Governamenta I
508128439	ASSOCIAÇÃO TERRA DOS SONHOS	01/06/2007	01/06/2007	94993	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)

508230217	SEACOOOP - SOCIAL ENTREPRENEURS AGENCY, CRL	22/08/2007	04/09/2007	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
508415110	Freguesia do Lumiar			84113	Autarquia Local
508438330	Associação Comunitária	15/01/2008		94995	associação
508519667	ASSOCIAÇÃO RENOVAR A MOURARIA	19/03/2008	19/03/2008	94995	ONG - Organização Não Governamenta
508579384	QUESTÃO DE IGUALDADE- ASSOCIAÇÃO PARA A INOVAÇÃO SOCIAL	24/09/2008	22/12/2008	94995	ONG - Organização Não Governamenta
508587352	Palco de Sombras Lda			59110	Empresa
508765404	Associação Casa da Achada - Centro Mário Dionísio			94991	Associação
508836956	Associação de Actividade Motora Adaptada (A.A.M.A)			94995	Associação
508967759	Associação Cultural, Artística e Educativa Cafivenções	26/04/2009		94991	
508969964	CulturFaceis - Associação Cultural para o Desenvolvimento			94991	Associação
509005276	Caixa de Mitos, Lda			82990	Empresa
509259740	FUNDAÇÃO BENFICA	27/01/2009	01/07/2009	88990	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509430350	ASSOCIAÇÃO "VIVER CAMPOLIDE"	02/06/2010	02/06/2010	86906	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509656900	ACI - Associação Centro Interculturalidade			94995	Associação

509729843	Profundamente - Associação para a Promoção da Saúde e Condição Humana no Envelhecimento		10/02/2011	86906	Associação
509879098	A.A.D.R.N. - ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO DOMICÍLIO DO RECÉM-NASCIDO	21/06/2011	21/06/2011	94995	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
509936245	ASCULP - Associação Cultura e Cidadania de Língua Portuguesa			94995	Associação
509959695	Associação Jorge Pina		27/07/2011	94995	
510124232	ASSOCIAÇÃO DRESS FOR SUCCESS LISBOA	02/01/2012	16/03/2012	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
510146104	ASSOCIAÇÃO SAPANA	20/01/2012	20/01/2012	88990	ONG - Organização Não Governamental
510191894	Wakeseed - Associação			94991	Associação
510204317	Associação de Moradores do Bairro 2 de Maio			85593	Associação
510245838	Sou Largo CRL			90010	Cooperativa
510341616	Associação Socio Cultural e Recreativa de Melhoramentos da Penha de França - Os Fidalgos da Penha			94991	Associação
510356931	FAMALIS - Federação das Associações de Moradores da Área Metropolitana de Lisboa			94995	Associação
510372643	Associação CLIPRD	04/10/2012		94995	Associação
510470599	BADL BAIROS - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	11/12/2012	01/01/2013	94995	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
510510507	Associação Viver Telheiras - Centro de Convergência de Telheiras			94995	Associação
510676960	Acesso Cultura, Associação Cultural		26/04/2013	94995	Associação



510703658	MILACESSOS - COOPERATIVA DE SERVIÇOS E SOLIDARIEDADE SOCIAL CRL	04/06/2013	12/06/2013	94995	Cooperativa (inclui União de Cooperativas)
510832890	Freguesia de Arroios			84113	Autarquia Local
510833632	Freguesia de São Vicente			84113	Autarquia Local
510854168	Boutique de Cultura - Associação Cultural sem fins lucrativos			90010	Associação Cultural
510856918	FREGUESIA DE ESTRELA	08/11/2012	30/09/2013	84113	Autarquias Locais
510857043	Freguesia de Santa Maria Maior			84113	Autarquia Local
510880991	FOS - Associação de Fotografia e Vídeo Participativo			94995	Associação
510910645	ASARSO - Associação de Arquitectura Social	28/11/2013	28/11/2013	94995	Associação
510919316	Menos 60 Mais - Associação de Desenvolvimento Social			94995	Associação
513188207	AMOV - ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO ORGANIZADO DE VITALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	18/07/2014	25/07/2014	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
513195769	Famílias Diferentes - Associação de Solidariedade Social		28/07/2014	88990	Associação
513285857	Associação Localsapproach			94995	Associação

## Caracterização do DLBC

### Identificação da área de intervenção do Pacto

#### NUTS III

Área Metropolitana de Lisboa

#### Grupo Ação Local

Urbano

#### Localizações

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Lisboa		100,00%

### Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial



## Situação atual do território

A cidade de Lisboa caracteriza-se por uma diversidade de contextos socioeconómicos, que estabelecem, de um ponto de vista territorial, uma diferenciação relevante em diversos indicadores sociais, económicos, urbanísticos e ambientais, comprometendo os níveis de coesão social.

Como referido na primeira fase da candidatura, o mapeamento destes indicadores, pela CML, permitiu identificar um desnível que diferencia um conjunto de bairros – designados por Bairros e Territórios de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP) – cuja situação social, em diversos indicadores analisados, é desfavorável face aos valores médios obtidos para a cidade de Lisboa.

Estes territórios representam cerca de 35% da população residente em Lisboa, o que significa que um em cada três habitantes da cidade mora em territórios BIP/ZIP. Trata-se de unidades cuja dimensão se situa entre a escala de um bairro e a de uma aglomeração de bairros, o que dificulta, na análise de indicadores, a caracterização fina exaustiva destas áreas urbanas. De facto, a maioria dos dados disponíveis não se encontra desagregada a escalas que permitam efectuar, com maior rigor, a caracterização destes territórios. A estratégia adoptada para ultrapassar este constrangimento, tendo em vista ilustrar a desvantagem socio-urbanística comparativa dos territórios BIP/ZIP, face aos valores médios obtidos para a cidade de Lisboa, passa por considerar duas opções de apuramento de dados. Por um lado, e sempre que possível, através do cálculo georeferenciado de áreas (delimitando o perímetro dos territórios BIP/ZIP); por outro, pela identificação de freguesias-tipo, ilustrativas da situação social que caracteriza os territórios BIP/ZIP. Isto é, freguesias em que prevalecem – pela superfície ocupada e pela população residente – os bairros e territórios de intervenção prioritária (como é o caso das freguesias de Marvila, Santa Clara e Santa Maria Maior). Assim, o exercício de diagnóstico procura evidenciar a natureza cumulativa da fractura sociourbanística na cidade de Lisboa ao nível do Emprego, Educação e Inclusão Social.

### Emprego:

Em relação ao emprego e desemprego, os dados disponíveis (Censos 2011), permitem apurar com elevado rigor a situação no conjunto dos territórios BIP/ZIP e, desse modo, estabelecer a clivagem existente face ao conjunto da cidade.

No emprego regista-se uma taxa nos territórios BIP/ZIP situada em três pontos percentuais abaixo da observada em Lisboa. Mas é sobretudo ao nível do desemprego que a diferença é maior. Se na cidade de Lisboa se registava, em 2011, uma taxa de 11,8%, o desemprego nos territórios BIP/ZIP ascendia aos 16,0% (quase cinco pontos percentuais acima da taxa de desemprego observada na capital).

Esta diferença é reforçada pelo facto de a percentagem de desempregados residentes nos territórios BIP/ZIP rondar os 50% do total de desempregados da cidade, quando apenas 35% da população de Lisboa reside nestes territórios.

### Educação:

Na Educação, um conjunto de indicadores traduz, de forma expressiva, a fractura social existente entre os territórios BIP/ZIP e a cidade de Lisboa no seu todo. Trata-se, sobretudo, de uma diferenciação nos níveis de escolaridade atingidos e, numa segunda linha, de dados relativos ao desempenho escolar.

A percentagem de população que não sabe ler nem escrever, por exemplo, é de 5,1% nos territórios BIP/ZIP, dois pontos percentuais acima do valor da cidade (3,0%). E considerando a população que apenas concluiu o 1º ciclo do ensino básico, esta diferença amplia-se significativamente: 46% nos territórios BIP/ZIP, ou seja, onze pontos percentuais acima do valor da cidade (35%). A percentagem de população que concluiu o ensino superior é de apenas 15%, enquanto em Lisboa representa 27% da população.

O défice social em termos de níveis de escolarização nas áreas urbanas desfavorecidas, por comparação com os valores que se obtêm para Lisboa no seu todo, são congruentes com as características das populações residentes nos territórios BIP/ZIP, nomeadamente nas zonas de realojamento. De facto, trata-se na maioria dos casos de comunidades realojadas (a residir anteriormente em bairros de barracas, alojamento clandestino ou habitação precária), em que as situações de analfabetismo, insucesso e abandono escolar precoce e desvalorização da escola assumem contornos culturais e geracionais, contribuindo para a reprodução dos ciclos de pobreza e exclusão.

### Inclusão social:

No âmbito da pobreza e carência social, a comparação entre as freguesias ilustrativas dos territórios BIP/ZIP e a cidade de Lisboa pode ser feita através de três indicadores: Subsídio de Desemprego, Rendimento Social de Inserção (RSI) e Complemento Solidário para Idosos (CSI).

Os dados referentes ao Subsídio de Desemprego (4º Trim. 2014) revelam nas três freguesias pesos relativos na população residente inferiores aos registados na cidade de Lisboa: 3,3% em Santa Clara, 3,5% em Marvila e 3,1% em Santa Maria Maior, sendo o valor do concelho de 2,7%.

Quando cruzamos esta variável com a população activa desempregada, observa-se que as três freguesias apresentam um maior número de pessoas desempregadas em situação de desprotecção social

comparativamente com a cidade, o que revela a situação de debilidade em que se encontram.

Aliás, quando se procede à relação com os dados referentes ao peso percentual de beneficiários de RSI, confirma-se a ideia de que os mecanismos de protecção social se encontram já – nestes territórios – mais ao nível das medidas de combate à pobreza e não no patamar do apoio social no desemprego.

De facto, a proporção de beneficiários de RSI nas freguesias ilustrativas da situação social dos territórios BIP/ZIP, no conjunto da população residente, é superior em qualquer das situações analisadas ao valor obtido para a cidade de Lisboa. Em Santa Clara essa proporção situa-se em cerca de 10,6%, e nas freguesias de Marvila e Santa Maria Maior em cerca de 6,1%. Para Lisboa no seu conjunto, a proporção de beneficiários de RSI na população residente em 2012 é de 3,0%.

A fragilidade das famílias residentes nestas freguesias reflecte-se também quando analisamos os dados relativos aos beneficiários de RSI por idades, sendo a sua incidência maior em Marvila e Santa Clara, no escalão inferior aos 18 anos, com 37% e 44% respectivamente, revelando a enorme vulnerabilidade e risco de pobreza em que as crianças e jovens se encontram. Em Santa Maria Maior, devido à composição etária da população, a prevalência de beneficiários concentra-se sobretudo nas faixas etárias dos 40-59 anos. Reflectindo diferentes realidades sociodemográficas, registam-se contudo diferenças sintomáticas entre a freguesia de Santa Maria Maior e as freguesias de Santa Clara e Marvila. Se no primeiro caso estamos perante populações desfavorecidas que residem no centro da cidade, revelando níveis de envelhecimento demográfico e uma maior diversidade de situações socioeconómicas (é nesta freguesia que, em regra, os indicadores mais se aproximam dos resultados médios obtidos para a cidade de Lisboa), nos casos de Santa Clara e de Marvila, os traços que caracterizam a situação social reflectem fundamentalmente a especificidade socioeconómica de contextos de realojamento social. Trata-se, de facto, de populações comparativamente menos envelhecidas e simultaneamente mais homogéneas de um ponto de vista social e económico: os desníveis em termos de habilitações escolares, de prevalência e severidade de situações de pobreza, etc. são nestes casos mais pronunciados.

Contudo, e apesar destas diferenças em termos de estrutura etária, o cálculo da percentagem de beneficiários de Complemento Solidário para Idosos face ao total da população residente com 64 e mais anos é revelador, nas três freguesias aqui referidas, da fragilidade social em que se encontra a população mais envelhecida, aproximando-se a percentagem de beneficiários ao dobro do verificado no concelho. No caso de Marvila e Santa Maria Maior, 9% da população com 65 e mais anos é beneficiária do CSI, sendo que em Santa Clara o valor atinge mesmo os 10%.

Tendo sido identificadas as áreas urbanas desfavorecidas de Lisboa, que correspondem aos territórios BIP/ZIP e que confirmam a persistência de uma «fractura socio-urbanística» na cidade, importa situar este quadro de diagnóstico no contexto da recente evolução da situação social e económica de Lisboa. Entre 2008 e 2013 verificou-se uma redução pronunciada da Taxa de Emprego na região de Lisboa, na ordem dos oito pontos percentuais (de 56,1% em 2008 para 47,9% em 2013). A taxa de desemprego evoluiu também de forma menos favorável na região de Lisboa, por comparação com o país. Em Lisboa, entre 2008 e 2013, a taxa de desemprego aumenta em dez pontos percentuais (de 8,2 para 18,5%), situando-se esse aumento à escala do país na ordem dos oito pontos percentuais (de 7,7 para 16,1%). Não surpreende assim que o número de desempregados inscritos nos centros de emprego da cidade de Lisboa tenha passado de cerca de 17 mil para mais de 30 mil entre 2008 e 2013, num aumento percentual próximo dos 93% (que compara com os 63% de acréscimo registados no continente).

Os últimos anos são igualmente marcados por uma reconfiguração ao nível das políticas e medidas de protecção social. No que diz respeito ao Abono de Família, por exemplo, a redução no número de beneficiários situa-se, entre 2008 e 2013, na ordem dos 34% na cidade de Lisboa, que compara com uma redução em cerca de 30% no país e na região. Os beneficiários do RSI, por seu turno, diminuem cerca de 24% entre 2012 e 2014 na cidade de Lisboa. No que diz respeito ao CSI, e comparando período homólogo, registou-se uma redução do número de beneficiários entre 2012 e 2014 de cerca 24 pontos percentuais. Em matéria de educação, no que respeita às taxas de retenção e desistência, regista-se uma redução no ensino básico desde o ano lectivo 2007/08 até 2010/11, invertida por um aumento no ano 2011/12, em cerca de dois pontos percentuais (fixando-se nos 10,7% em 2012/13). Comportamento semelhante foi registado no ensino secundário. Ao nível da Acção Social Escolar, metade das crianças inscritas no ensino pré-escolar, no ano lectivo 2013/14 beneficiava de apoio, naquele que é o valor mais elevado registado desde o ano 2007/08. No 1º ciclo do ensino básico, considerando um período análise de sete anos, 2013/14 corresponde ao ano com a percentagem mais elevada de crianças inscritas a beneficiar de apoio social escolar (48%).

## Análise SWOT

### Principais Oportunidades

Desenvolvimento de respostas integradas no âmbito do emprego, educação e inclusão, associadas à cooperação entre organismos do sector público, do sector privado e do Terceiro Sector. A existência de territórios heterogéneos, em termos de contexto, escala e massa crítica, permite ainda considerar o potencial de processos de aprendizagem e partilha, replicabilidade e economia de escala

### Principais Pontos Fortes

A diversidade de organizações nos territórios BIP/ZIP e as dinâmicas relacionais existentes, que os projectos permitirão reforçar e disseminar. A experiência BIP/ZIP enquanto instrumento inovador de desenvolvimento local, por combinar intervenções de base comunitária com uma visão de conjunto, estabelecendo sinergias entre as políticas municipais e o dinamismo das parcerias locais

### Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

### Principais Ameaças

Risco de ruptura social, reforçado pela actual conjuntura, que poderá limitar a plena consecução dos objectivos a atingir. A natureza estrutural das situações de carência e desfavorecimento que caracterizam os territórios BIP/ZIP, não só acentuam a dificuldade em ultrapassar problemas, como estão por vezes dependentes de questões críticas nas quais os projectos não intervêm, como por exemplo acessibilidades ou qualificação urbanística

### Principais Pontos Fracos

A situação de profunda exclusão no conjunto de territórios BIP/ZIP, sobretudo em termos de níveis de escolarização e desemprego, que se diferenciam negativamente do conjunto da cidade. Ao que acresce a forte dependência de apoios sociais, denotativa de formas incrustadas de pobreza e exclusão. Isto é, contextos com desafios muito exigentes para as parcerias e projectos a desenvolver, que implicam grande empenho na concepção de respostas e sua implementação

Considerando o seu modelo conceptual, a presente candidatura permite assinalar elementos relevantes de convergência entre as oportunidades e os pontos fortes identificados. Ao nível, desde logo, das dinâmicas de integração propostas. Isto é, através: do reforço das iniciativas de base local que articulem o sector público, o sector privado e o Terceiro Sector; do fomento de respostas integradas nas áreas do emprego, educação e inclusão social; de um modelo de governação que interliga as iniciativas de base comunitária, nos territórios desfavorecidos, com uma visão de conjunto da cidade.

Esta estratégia confronta-se com as debilidades socio-territoriais em presença, importando identificar as questões críticas e sobre elas agir. Assim, releva-se a necessidade de: fomentar as sinergias entre as estruturas ligadas ao ensino e o tecido produtivo local; elevar os níveis de autonomia, promovendo respostas integradas, sustentáveis e emancipatórias; apoiar o fomento da economia local, reforçando os mecanismos de articulação entre diferentes sectores e circuitos económicos e apostando nos recursos e potencialidades locais; reforçar os níveis de cooperação institucional, de parceria e de participação; estimular o sentimento de pertença, tendo em vista valorizar e capacitar as comunidades por forma a que as mesmas sejam agentes activos da sua inclusão urbana, social e territorial.

Para que se seja possível enfrentar as ameaças, associadas ao acumular de défices ao nível da educação, do emprego e da inclusão social, é necessário que as comunidades valorizem as suas capacidades e as potencialidades existentes, garantindo: o adequado funcionamento dos mecanismos de governação local, de comunicação e de transparência, e fomentando a efectiva participação das populações nos processos de decisão; o alinhamento e compromisso das diferentes organizações com os recursos técnicos e financeiros necessários ao desenvolvimento de projectos; a participação activa dos agentes económicos e empregadores, bem como a sua inclusão na concepção e gestão das estruturas e iniciativas locais; os meios de capacitação e de acompanhamento técnico das parcerias locais e dos projectos, por parte da Rede DLBC, de modo a conceber e implementar respostas adequadas; que as iniciativas dirigidas aos jovens, designadamente nas áreas da educação e emprego, não se circunscrevem aos territórios onde residem, fomentando dinâmicas de mobilidade contrárias ao isolamento face ao tecido urbano envolvente.

O desfavorecimento dos territórios BIP/ZIP, aliado às dificuldades persistentes sentidas pelas comunidades (e reforçadas por um contexto adverso), obriga a agir sobre alguns riscos, evitando: a ausência de respostas e opções no desenvolvimento de projectos de vida, sobretudo ao nível da desistência de percursos educativos e da inexistência de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo; o predomínio das lógicas de mitigação da pobreza e dependência, fomentando lógicas de integração e emancipação; a clivagem entre agentes económicos e as populações, incentivando o encontro entre as iniciativas empresariais e a procura de emprego. Paralelamente, importa incentivar os projectos dirigidos à população jovem, reduzindo o risco de reprodução geracional da exclusão e apostando nas áreas do emprego, da educação e da inclusão por forma a contrariar – através da melhoria da situação social e económica – os défices de acessibilidade e de verdadeira inclusão urbana.

## **Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)**

### **Objetivos e vocação específica do DLBC**

A candidatura, cujo enfoque territorial aponta para o conjunto de Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), tem como principal objetivo contribuir para a redução da fratura socio-urbanística identificada na cidade de Lisboa. Assim, tendo presentes os domínios de atuação estabelecidos no âmbito do «Desenvolvimento Local de Base Comunitária», enquadrado na implementação do «Portugal 2020» e que aponta para «a promoção da inclusão social, através do combate a problemas de pobreza, de exclusão social e de abandono escolar», assume-se que este objectivo essencial é alcançado através de três vertentes: a) aumento dos níveis de emprego e dinamização dos tecidos económicos locais; b) elevação dos níveis de qualificação escolar; e c) erradicação da pobreza. Dimensões que, face ao diagnóstico efetuado, se revelam centrais em qualquer estratégia a desenvolver nestes territórios e que tenha em vista o reforço das economias locais e da coesão social, assim fortalecendo a sua integração na cidade de Lisboa.

A estratégia a adotar assume um conjunto de princípios e pressupostos metodológicos, entre os quais relevam as dinâmicas de integração. De facto, ao incorporar um espectro diverso e numeroso de entidades, que inclui organizações da Administração Pública, do setor privado e do Terceiro Sector, a Rede DLBC está em condições de desenvolver projetos assentes em ações integradas, que potenciam complementaridades de natureza institucional, para além do cruzamento e articulação, sempre que possível, dos domínios setoriais em presença.

Por outro lado, a estratégia assenta numa articulação virtuosa entre as intervenções comunitárias específicas

e a sua inserção numa visão de conjunto, à escala da cidade. O que potencia os mecanismos de enquadramento técnico, metodológico e de recursos capazes de ampliar e reforçar as potencialidades dessas intervenções locais de base comunitária. Aliás, sublinhe-se igualmente neste sentido o potencial que decorre da articulação e enquadramento das estratégias de desenvolvimento local com as políticas públicas municipais, nos seus diferentes domínios.

Em termos de intervenção social, pretende-se que a estratégia da Rede DLBC Lisboa aposte em operações de recorte emancipatório, que promovam uma efectiva ruptura com a reprodução geracional dos ciclos de pobreza e exclusão. É por essa razão, aliás, que se valoriza de forma particular – no âmbito da programação das ações a desenvolver – a inserção pelo trabalho, considerada como a forma mais decisiva e sustentável de inclusão social e que não deve dispensar, na sua abordagem, a articulação com os processos de educação e formação e de capacitação de segmentos mais vulneráveis da população.

É igualmente neste âmbito, sublinhe-se, que a dinamização dos tecidos económicos locais se revela essencial para a candidatura, dados os seus efeitos e implicações no aumento do emprego, na elevação de competências e na melhoria dos níveis de inclusão social. Mesmo tratando-se de territórios que apresentam situações profundas e persistentes de vulnerabilidade social, importa intervir sem ser essencialmente numa ótica de remediação e de compensação, agindo ao invés nos factores estruturais de pobreza, nos quais a economia local desempenha um papel da maior relevância.

De facto, face ao período de crise que atravessamos, dificilmente se pode falar de emprego no caso de pessoas com baixos níveis de qualificação e com idades críticas se o associarmos a trabalho por conta de outrem. Neste plano, nestes contextos, deveremos falar mais em "atividades profissionais" e não só em emprego convencional. A meta a atingir na EDL de criação de emprego tem aqui que ser vinculada a uma estratégia de progressão e de transição entre um mundo de "multiatividades" e de "modalidades flexíveis de ocupação profissional", com uma contratualização e formalização de ocupação de um posto de trabalho em resultado do desenvolvimento de experiência e de competências profissionais.

Para esta abordagem torna –se assim crucial a dinamização da economia local a partir dos factores exógenos e da combinação dos elementos identitários locais com a inovação social. De forma particular na economia local, que tem sofrido da redução do investimento público mas também privado, deverá ser trilhado um caminho de captação de capital (financiamento convencional, micro crédito e também financiamento solidário e alternativo) e de competências "green skills" que cimentem modalidades de economia verde e circular, que impulsionem a transição energética e que favoreçam abordagens mais sustentáveis no desenvolvimento destes territórios. É na medida que a economia local cria dinâmica de envolvimento das comunidades locais em torno de legítimas expectativas de aumento do rendimento pessoal e familiar, que as competências coletivas e locais melhoram e que a exclusão é estruturalmente posta em causa e reduzida.

Assim, no âmbito do aumento dos níveis de emprego, sublinhem-se entre outras as estratégias orientadas para a elevação dos níveis de qualificação profissional; para o reforço das competências pessoais e sociais; para a dinamização dos tecidos económicos locais; para a agilização de mecanismos que propiciem o encontro entre necessidades das entidades empregadoras e a procura de trabalho; ou para o fomento de condições favoráveis à criação de negócios e ao empreendedorismo. Linhas de orientação dos projectos a desenvolver que se relacionam igualmente com o objectivo de erradicação da pobreza, no âmbito do qual as ações deverão necessariamente ser orientadas para o desenvolvimento de processos de capacitação e emancipação de indivíduos, famílias, grupos e das próprias comunidades locais. A elevação dos níveis de qualificação escolar deve apontar igualmente para a definição de estratégias locais e em parceria que conduzam à diminuição do abandono escolar precoce e ao aumento das taxas de escolarização e do sucesso educativo.

As estratégias de desenvolvimento a prosseguir em cada território, consolidando parcerias e identificando metodologias, abordagens e recursos, deverão posteriormente ser objeto de partilha e análise no quadro da própria Rede DLBC, tendo em vista uma reflexão que identifique e partilhe boas práticas, conceba mecanismos de transversalidade e maximização de potencialidades, a par da articulação com a definição de políticas à escala municipal, e que proceda a uma apreciação de conjunto, tendente a reforçar a estratégia comum de resolução dos problemas diagnosticados e permitindo acrescidamente identificar e atuar sobre os factores estruturais que estão na base da génese e segregação de territórios de exclusão social e urbanística. Nas diferentes áreas de atuação (educação, emprego e pobreza e exclusão social), estabelecem-se metas e objetivos mensuráveis, relativos às diferentes intervenções e que, no seu conjunto, permitirão concretizar e estabelecer os compromissos de cumprimento da meta central do projecto, relativa ao seu contributo para a redução dos desníveis de desenvolvimento social, económico e urbanístico, face aos valores médios observados na cidade de Lisboa, registados nestes territórios.